

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.322.681 - SP (2018/0167659-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : VAGNER PONTES DA FONSECA
ADVOGADO : EUDER MELO DE ALMEIDA - SP332045
AGRAVADO : BANCO CSF S/A
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319
ANA LIVIA DE OLIVEIRA GODOI - SP357775

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por Vagner Pontes da Fonseca, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que o ora agravante ajuizou ação de conhecimento em desfavor de Banco CSF S.A., objetivando a exclusão de anotação em cadastro de devedores e a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos em decorrência da negativação indevida do seu nome.

O Juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos da inicial para determinar a exclusão do nome do autor dos cadastros de restrição ao crédito e condenar a ré ao pagamento de 7.000,00 (sete mil reais) a título de indenização por danos morais.

Interposto recurso de apelação pelo banco, a Vigésima Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento à insurgência com vistas a julgar improcedente a ação, por entender que a inscrição do nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito ocorreu de modo regular.

O acórdão foi assim ementado (e-STJ, fl. 184):

INDENIZAÇÃO CARTÃO DE CRÉDITO - INSCRIÇÃO DO NOME EM ORGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO CONTRATAÇÃO E INADIMPLÊNCIA EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO SÚMULA Nº 259, STJ - AÇÃO IMPROCEDENTE

Superior Tribunal de Justiça

APELAÇÃO PROVIDA.

Inconformado, Vagner Pontes da Fonseca interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 6º, 7º, 14, 25 e 43 do Código de Defesa do Consumidor; 186 e 927 do Código Civil; e às Súmulas 37 e 359 do STJ.

Sustentou, em síntese, a irregularidade da inscrição do nome do recorrente nos cadastros de proteção ao crédito, tendo em vista o desconhecimento da dívida anotada.

Argumentou que, no caso dos autos, a Súmula 385 do STJ não tem aplicação, uma vez que negativas anteriores não afastam o direito à reparação oriundo de inscrição indevida nos cadastros de devedores do nome do consumidor.

Aduziu, ainda, que o *quantum* indenizatório para casos análogos gira em torno do valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), postulando a procedência do pedido.

Contrarrazões às fls. 196-211 (e-STJ).

Posteriormente, a Corte de origem deixou de admitir o recurso especial ao considerar (e-STJ, fls. 212-214): i) a ausência de demonstração da violação da legislação federal ventilada no apelo especial; ii) a incidência da Súmula 7/STJ; iii) a falta de comprovação do dissídio jurisprudencial em face da ausência de cotejo analítico dos paradigmas colacionados; e iv) a mera menção a súmula não é suficiente para comprovar a divergência pretoriana.

Irresignado, o recorrente interpõe o presente agravo.

Contraminuta apresentada às fls. 226-233 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, à luz da dialeticidade recursal, a parte agravante deve contestar motivadamente todos os fundamentos da decisão agravada, não sendo suficiente a apresentação de afirmações genéricas ou em sentido contrário ao julgado impugnado, nem a mera reiteração de argumentos já examinados por ocasião do julgamento do recurso anteriormente interposto (v.g. AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 6/11/2008, DJe 26/11/2008; AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 17/5/2016, DJe 27/5/2016; e AgRg no AREsp 773.710/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 10/5/2016, DJe 17/5/2016).

Assim, segundo entendimento desta Corte, no sentido de que a parte recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostra-se inadmissível, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, o agravo que não se insurge especificamente contra todos eles.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 83 do STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1288826/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS SUFICIENTES NÃO IMPUGNADOS. ART. 932, III, DO CPC. DECISÃO AGRAVADA QUE SE MANTÉM.

1. A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial impossibilita o conhecimento do recurso, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(RCD no AREsp 513.768/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe

Superior Tribunal de Justiça

21/09/2018)

No caso em exame, nos termos da decisão de admissibilidade (e-STJ, fls. 212-214), o Tribunal originário não admitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: i) a ausência de demonstração da violação da legislação federal ventilada no apelo especial; ii) a incidência da Súmula 7/STJ; iii) a falta de comprovação do dissídio jurisprudencial em face da ausência de cotejo analítico dos paradigmas colacionados; e iv) a mera menção a súmula não é suficiente para comprovar a divergência pretoriana.

Todavia, da leitura da petição de agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 217-223), constata-se que a parte agravante não procedeu à impugnação específica de todos os fundamentos mencionados pela Corte estadual na decisão de admissibilidade, limitando-se afirmar a inaplicabilidade do óbice da Súmula 7/STJ e reiterar as razões de mérito suscitadas no apelo especial.

Incontestável, portanto, que não houve impugnação específica da decisão ora agravada, circunstância que impede o conhecimento do agravo conforme o disposto pelo art. 932, III, do CPC/2015.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) os honorários advocatícios em favor dos advogados da parte recorrida, observada a gratuidade de justiça deferida ao recorrente.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator